

NOVO GOVERNO E O LEITE

Sebastião Teixeira Gomes¹

Com certeza, a característica mais marcante da economia brasileira é a profunda desigualdade social. Ao lado de poucos ricos convivem muitos pobres com graves problemas nutricionais.

Outra característica também importante do Brasil de hoje é a urbanização. O intenso fluxo migratório do campo para a cidade, realizado nas últimas décadas, transformou o país de rural em urbano. Em diversos municípios das regiões Sudeste e Sul menos de vinte por cento da população reside no meio rural.

A combinação das duas características citadas, anteriormente, leva a conclusão que o maior índice de pobreza, hoje do Brasil, está na cidade. Esta é a principal razão de tantas preocupações com o preço de alimentos. Preços elevados têm forte efeito distributivo porque, relativamente, os pobres gastam mais com alimentos.

Pelas características nutricionais o leite constitui-se num alimento essencial para diversas faixas etárias da população. Por isto, seu abastecimento sempre foi motivo de preocupações por parte das autoridades governamentais. Tais preocupações é que explicam o tabelamento do preço do leite por quase meio século. Mais recentemente, as preocupações governamentais com o fornecimento do leite às populações mais carentes são traduzidas pelos programas sociais, que distribuem este alimento, especialmente, para crianças de famílias de baixa renda.

Os argumentos apresentados até então conduzem, naturalmente, a conclusão que uma política de preços baixos do leite para o consumidor tem grande impacto social. Diante desta realidade resta examinar as conseqüências de tal política para o produtor de leite. A questão é como compatibilizar preços baixos ao consumidor e lucro ao produtor. Em diversas partes do mundo a compatibilização é feita através de subsídios. No Brasil esta estratégia parece pouco provável, pelas enormes limitações de recursos financeiros do

¹ Professor da UFV e Consultor da EMBRAPA. Escrito em 05/10/1994.

Estado. Mesmo em outros países, que praticam o subsídio, existem fortes pressões locais e internacionais para a sua redução. Assim, o caminho para resolver este aparente impasse não é o subsídio. A palavra mágica que soluciona o problema é tecnologia. Com ela, é possível reduzir o preço do leite sem implicar, necessariamente, prejuízo para o produtor. Tecnologia é sinônimo de produtividade e produtividade significa custos baixos. Estudos conduzidos pela EMBRAPA mostram significativa redução do custo de produção com o aumento da produtividade do rebanho, conforme indica os dados da Tabela 1.

Tabela 1 - Custo de produção de leite da região Sudeste do Brasil

| Produtividade do rebanho (litros/vaca ordenhada/dia) | Custo de produção (US\$/litro) |
|---|-----------------------------------|
| Até 5 | 0,26 |
| De 5 a 7 | 0,23 |
| Mais de 7 | 0,20 |

Fonte: EMBRAPA/CNPGL.

Evidentemente, que o consumidor irá preferir comprar leite do produtor que alcança maior produtividade, porque isto significa pagar menos pela sua compra. Em razão do consumidor apropriar de parte dos benefícios da tecnologia, sua preferência é pelo estrato mais produtivo. Em outras palavras, sua preferência é pelo profissional do leite, aquele que cuida de seu negócio com eficiência. Isto significa que a modernização da produção de leite traz benefícios tanto para o produtor quanto para o consumidor.

O autêntico profissional do leite enfrenta, hoje, dois inimigos, um interno e outro externo. O interno é o safrista, que concentra sua produção de leite na época das chuvas e o

externo é a importação subsidiada de derivados lácteos. O remédio para estes dois males é a fiscalização do controle de qualidade do leite e a aplicação de tarifas compensatórias.

As recentes mudanças na regulamentação do controle de qualidade foram desastrosas na prática. Agora, produtos comercializados entre estados são fiscalizados de governo federal; produtos comercializados dentro do estado, pelo governo estadual e produtos comercializados dentro do município, pelo governo municipal. Antes toda a fiscalização era de responsabilidade do governo federal. A descentralização, completamente solta, da fiscalização tem-se mostrado ineficiente, facilitadora da fraude e criando condições de desigualdade entre os produtores que investem em tecnologia de produção com qualidade e os que apenas exploram, à margem, a atividade leiteira. Por razões políticas a volta da centralização da fiscalização do controle de qualidade não será um caminho fácil. Entretanto, deve ser perseguido como importante instrumento de modernização da produção de leite do Brasil.

Quanto à aplicação de tarifas compensatórias, elas não podem ser descartadas em razão dos pesados subsídios que até hoje existem no mercado internacional do leite. Não se trata apenas de proteger o produtor nacional ineficiente e sim de impedir uma competição desigual até mesmo com os produtores eficientes, com graves prejuízos tanto para o produtor, no curto prazo, quanto para o consumidor, no longo prazo.

Em decorrência das últimas eleições o país está próximo de ter um novo governo, com grandes promessas na área social. São conhecidos os graves problemas na área de saúde, com destaque para a desnutrição. Em grande medida o pagamento da dívida social inclui a possibilidade de mais e melhores alimentos para as populações mais carentes. Neste contexto o leite assume papel importante pelas suas características nutricionais. Para que o leite possa participar, efetivamente, do resgate da dívida social deve-se incluir questões tais como: preço ao consumidor, lucro do produtor, modernização da atividade leiteira, fiscalização do controle de qualidade, preferência pelo profissional do leite, e tarifas compensatórias.